

A arquitetura pública em Guimarães nos séculos XVII-XVIII

António José de Oliveira

Doutor em História da Arte Portuguesa | CITCEM | Docente na Escola EB 2,3 Caldas das Taipas | Vice-Presidente da Muralha-Associação de Guimarães para a defesa do património

Na 2^a metade do século XVII e na centúria seguinte, a morfologia urbana da vila de Guimarães sofreu alterações significativas, particularmente no levantamento e remodelação de edifícios religiosos e civis, de infraestruturas urbanas, e abastecimento de água. Nesse período, a atividade arquitetónica em Guimarães desenvolveu-se em três grandes áreas: imóveis construídos de raiz; conclusão de programas construtivos anteriores; e acrescentamento de estruturas barrocas nos edifícios medievais.

Ao vasto conjunto de clientelas queremos adicionar o universo municipal. Um olhar mais atento permite-nos verificar que a dinâmica artística municipal relacionava-se com a Casa da Câmara e o Paço do Concelho (símbolos materiais do poder concelhio e da sua capacidade empreendedora), bem como às infraestruturas urbanas (calcetamento de ruas, pontes, casa da alfândega, açougue e cadeia) e o abastecimento de água. Estas intervenções, nomeadamente de reconstrução e de manutenção, fomentaram a encomenda municipal quer no burgo, quer no termo de Guimarães. Através dos livros de notas do escrivão da Câmara, Tombo da Câmara e nos diversos livros de Vereações reencontrámos a evolução urbana de Guimarães. Muitas destas obras exigiam o recurso a uma mão-de-obra especializada e a consideráveis encargos que se expressavam nas contas municipais.

No que concerne às arrematações de empreitadas, concluímos que no período entre 1664 e 1790, a Câmara coloca a lanços 93 empreitadas. Essas encomendas camarárias que eram postas em pregão, na praça da Oliveira, subdividem-se por cinco tipologias, a saber: bens móveis camarários; edifícios religiosos; chafarizes e abastecimento de água; calcetamento de ruas e caminhos e reparação de pontes; edifícios camarários e equipamentos públicos. Dentro destas cinco tipologias, são as infraestruturas urbanas da alçada camarária, como sejam o calcetamento de ruas e de caminhos e de pontes, logo seguida de perto pela reparação de edifícios camarários e equipamentos públicos, e pelo abastecimento de água à vila, que concentram o grosso das empreitadas. Neste período, podemos concluir que o Senado concentrou a grande parte da sua atenção pelas vias viárias que ligavam a vila aos arrabaldes. Do universo de 56 artistas que arremataram obras para a Câmara de Guimarães,

4^a JORNADA DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

mais de metade são pedreiros, seguidos pelos carpinteiros, o que nos permite concluir que são as empreitadas ligadas à pedraria e carpintaria, que representam o grosso das empreitadas camarárias. Situação esta, que vai de encontro ao tipo de empreitadas patrocinadas pelo Senado. Quanto à proveniência geográfica dos artistas, a maior parte é residente em Guimarães e seu termo, com exceção de um fundidor de sinos morador em Braga, e de cinco mestres pedreiros naturais do reino da Galiza. Em certos períodos de tempo, denota-se uma certa prevalência na preferência de artistas, por parte da Câmara, que arrematam mais de três obras de iniciativa camarária.

No caso de empreitadas de pedraria, de carpintaria e de serralharia no castelo de Guimarães, que foi adaptado na Idade Moderna a cadeia, encontramos vários ajustes de obras a realizar na casa do carcereiro, casa do casteleiro, muros do castelo e cadeia, torre dos presos, porta da laje, palheiro, capela de São João e grade do castelo. Dois inventários dos bens móveis do castelo (1612 e 1820), dão-nos importantes informes para os estudos de história de arte, quer para a reconstituição do espaço interno desta fortificação. Os registos paroquiais de São Miguel do Castelo permitem-nos identificar o carcereiro e alguns dos presos e presas. Igualmente ficámos a conhecer o número de nascimentos de filhos de mulheres encarceradas no castelo. Estas crianças eram batizadas na Igreja de São Miguel do Castelo. Nos livros paroquiais detetámos um elevado número de óbitos registado entre os reclusos. No inventário dos bens móveis da Casa do Senado de 1735, encontram-se arrolados duas gramalheiras e várias algemas de ferro, com o intuito de transportar os presos à Relação do Porto. Como estrutura ligada aos presos e à administração da justiça, temos a obra da força, de iniciativa camarária, que é arrematada em 1729, por João Teixeira, pedreiro.

No que concerne à reparação de chafarizes e à canalização da água, o Senado além de colocar a lanços estas empreitadas, em certas alturas concessionava a sua manutenção, ou seja arrematava em hasta pública o seu arrendamento.

No segundo quartel do século XVIII, dez mestres pedreiros portuenses que trabalhavam nas obras de pedraria da igreja do convento de Santa Rosa de Lima, de Guimarães, arremataram as obras de restauro dos paços do concelho, que constavam de *“hum pouco de propianno nas cazas do concelho”*.

Dois tombos dos bens do concelho, datados respetivamente de 1615 e 1735, fornecem-nos informações fundamentais sobre a arquitetura civil pública de Guimarães, nomeadamente a Casa da Câmara e o Paço do Concelho. O Tombo dos bens e propriedades foreiras ao Senado de Guimarães de 1735, revela igualmente outros aspetos relacionados com o

4^a JORNADA DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

conhecimento e reconstituição do espaço interno da Casa da Câmara e do Paço do Concelho. O estudo comparativo entre os dois tombos permite também constatar a evolução arquitetónica destes espaços, bem como o desenvolvimento construtivo dos bens urbanos pertença do Senado. O Tombo de 1735 tem a particularidade de ser aí arrolado o património móvel da Casa do Senado.